

ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD – MAIO DE 2023 -

No dia 10 (dez) do mês de maio de 2023, às 14h00, ocorreu a centésima quinquagésima nona (159ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, realizada no auditório da faculdade UNA de Contagem, Avenida Maria da Glória Rocha, nº. 175 – Bitácula – Contagem, com a presença dos seguintes conselheiros municipais: Do Poder Executivo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Agroecologia, suplente, Vânia Luiz Magalhães; Secretaria Municipal de Saúde, titular, Sirlene Pereira dos Reis; Secretaria Municipal de Educação, suplente, Danielle Cabacinha Francisquine (aguarda portaria para oficializar); Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e Habitação, titular, Adriana Leonart Almeida; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / Área da Pessoa com Deficiência, titular, Marcelo Lino da Silva; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, titular, Dandara Matchelly Fonseca Silva; Secretaria de Trabalho e Geração de Renda, titular, Alessandra Mara Moreira de Paiva Lopes; Procuradoria-Geral do Município, titular, Joel Silêncio de Andrade; Autarquia de Trânsito e Transporte de Contagem – TRANSCON, titular, Geraldo Antônio de Paula. Da Sociedade Civil: Do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência visual, Associação das Pessoas com Deficiência Maurício Peçanha – APDMP, titular, Cléber Gomes de Figueiredo e sua suplente Elaine Cristina Coelho Lopes; Das entidades prestadoras de serviço na área de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência – Centro de Atendimento e Inclusão Social – CAIS, titular, Rovânia Efigênia Freitas; do segmento dos profissionais especializados na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência – titular, Sindicato Único dos Trabalhadores de Saúde – SIND-SAÚDE, Maria Auxiliadora Ramos Martins (Dôra); Do poder legislativo: não houve presença nessa plenária. Presentes também: A Sra. Karime Oliveira de Santana e o Sr. Gabriel Estevão, da APDMP; a Sra. Fabiana P. Miranda, do CAIS; o Sr. Célio Pereira Soares; o Sr. William Souza de Oliveira e seu filho Yago Alcântara de Souza. Compareceram pela equipe técnica do CMDPD: os Sr(s). Antônio Augusto de Souza Loures, Felício Mendonça Caldeira, Flávio José Silva de Almeida e Anderson Elias da Silva. Justificaram ausência, por motivos diversos, os seguintes conselheiros(as): Sra. Laura Paulino; Sra. Júnia Bruno Coelho; Sr. Arnaldo Luiz de Oliveira; a Sra. Maria das Graças Chaves da Costa; Sra. Ermelinda Pereira de Menezes; Sra. Tânia Maria Ferreira; Sra. Josi Silva; Sra. Elisângela Maria Araújo; Sra. Larissa Regina Miranda; Sr. Dener Oliveira Vasconcelos; Sr. José Maia dos Santos, Sra. Débora Dayane Batista de Andrade; e, Sra. Valéria Assis Barreto. O Presidente do CMDPD, Sr. Marcelo Lino, abriu os trabalhos e deu as boas-vindas aos presentes. Em seguida começou a sessão de informes. A Sra. Karime Santana solicitou ponto de pauta para as próximas plenárias: debate em torno de pessoas com deficiência que, rejeitadas pelas famílias, se transformam em moradores de rua. Citou casos de pessoas que procuraram a APDMP. Um deles tem o relato de pessoa com deficiência, após morte da mãe, não foi aceito pela irmã e teve que sair da casa. Em outros casos, as pessoas foram morar na rua. Nesses casos, predomina a opressão em cima de pessoas com deficiência intelectual. Alguns se transformam em usuários de drogas. Em outra situação, a pessoa desenvolveu AIDS. Karime ressaltou a necessidade de uma campanha midiática sobre essa questão. O Sr. Marcelo Lino disse que a pauta da “Pessoa com Deficiência em situação de rua” estava prevista para essa plenária. Foi remarcada para o próximo mês, a pedido da Sra. Laura Paulino, que teve procedimentos médicos e não pode comparecer. A Sra. Karime Santana informou que o seu filho, Yankow Peçanha, treinador da equipe de basquete de cadeira rodas, participará dos Jogos do Parapan-Americanos, em Santiago, de 2023. O Sr. Marcelo Lino parabenizou a convocação do Sr. Yankow em nome dos presentes. Aproveitou a oportunidade para lembrar a memória do

Sr. Maurício Peçanha, militante pioneiro do Movimento PCD. O Sr. Antônio Loures, Técnico do CMDPD, informou que a Câmara de Vereadores indicou substituições para a segunda cadeira. Indicaram o Vereador Edgard Guedes Vieira, como titular; e, a servidora, Sra. Michele de Melo e Silva para suplente. Foram substituídos os ex-vereador Carlin Moura e a Vereadora Glória da Aposentadoria. O Sr. Marcelo Lino citou diversos eventos promovidos pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania: um primeiro, com o tema "Por uma infância sem racismo", a Prefeitura de Contagem realizou a IV Feira Mercado Afro, no sábado e domingo (6 e 7/5) no Mercado Central de Contagem. Será realizada a Marcha de Enfrentamento ao Racismo, no sábado (20/5), com concentração às 8h, na praça Paulo Pinheiro Chagas, no Eldorado, de onde sairá até o parque Ecológico do Eldorado. Aconteceu também a solenidade de posse do Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, na tarde de segunda-feira (8/5), na Prefeitura de Contagem. A Prefeitura de Contagem entregou, nesta quarta-feira (10/5), 300 kits de higiene às idosas do Lar Maria Clara. A instituição foi a primeira a receber doações recolhidas na corrida 'Contagem Por Todas', que aconteceu em março. Os demais kits serão destinados para mulheres trans, as meninas que estão na Casa Aquarela, as que estão no Movimenta Mulheres, Espaço Bem-Me-Quero e Abrigo Bela Vista". O Procon Contagem promove a Campanha de Conscientização do Consumidor relacionada ao Dia das Mães. A campanha realiza a conscientização do consumidor e orientação dos fornecedores, busca equilibrar as relações de consumo e solucionar as questões originárias das mesmas. Citou também, a Festa do Dia das Mães da Associação Eldorado de Apoio à Vida. Haverá a demonstração da Cadeira Juliette (cadeira de rodas desenvolvida para trilhas e montanhismo), no dia 18 de maio. Diversas outras atividades estão programadas. O segundo ponto da pauta aprovou a Ata da 158ª Reunião Ordinária do CMDPD. O Terceiro ponto da pauta abordou os Critérios utilizados na Empregabilidade da Pessoa com Deficiência. O Sr. Marcelo Lino disse que essa questão virou um paradoxo: as empresas questionam que ofertam vagas e que não há procura por parte das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência reclamam que não são chamadas pelas empresas e/ou que as vagas são ocupadas preferencialmente por pessoas com deficiência leves. Reconheceu que o ônus da empregabilidade recai sobre a pessoa com deficiência. As pessoas ficam receosas de perderem o benefício de prestação continuada, pois muitos não confiam que a legislação será cumprida de forma imediata depois que terminam seus empregos. Outro ônus assumido pelo PCD se relaciona às condições de trabalho. Citou seu exemplo. Durante 10 anos trabalhou como professor em instituição privada. As tarefas de preparo de aula era todas feitas sem auxiliares. A inclusão ainda não é uma realidade completa. Assim muitos fatores desestimulam a opção pelo mercado de trabalho. Por outro lado, há casos bem-sucedidos, como os serviços prestados pelo CAIS, que atua com o Emprego Apoiado. O Sr. Marcelo Lino disse não ter convicção sobre a proposta feita pelo Conselheiro Joel Silêncio, para que o CMDPD, através da Assessoria Jurídica da Srª. Mariana Jardim, realize uma ação civil junto ao Ministério do Trabalho. Lembrou das diversas ações feitas pelo Conselho sobre esse tema: O Fórum sobre Empregabilidade PCD, que contou com as participações de diversas instituições; e, o debate em torno do Cooperativismo. Essas ações não renderam bons resultados. A Sra. Alessandra Paiva Lopes reconheceu a existência das vagas para PCD e que a procura por parte da pessoa com deficiência é baixa. Não sabe os motivos disso. Talvez não haja um engajamento da família e o conseqüente estímulo, ponderou ela. O SINE disponibiliza diariamente vagas para PCD. No evento do Dia D, que disponibiliza vagas exclusivas para as pessoas com deficiência, a procura também não é grande. Basicamente, foram as pessoas com deficiência auditiva que procuraram. Aproveitou a oportunidade e agradeceu a parceria com a Associação dos Surdos. O Sr. Marcelo Lino reforçou as palavras da Sra. Alessandra Lopes. Disse que a Prefeitura tornará a fazer o Dia D esse ano. O Sr. William

Souza, em assunto não pautado, fez reclamação da Empresa TRANSIMÃO. Relatou que tem muitos problemas com o uso dos elevadores dos ônibus da Empresa e também, com o trato dos motoristas para com os usuários. Disse que tem inclusive Ação Civil contra essa empresa. Pediu desculpas por ter abordado assunto fora da pauta. O Sr. Marcelo Lino disse que não há o que desculpar. Reconheceu que essa questão relacionada ao transporte coletivo é muito importante. A falta de acessibilidade é um dos pontos que mais agride o usuário com deficiência no transporte. Lembrou ocorrido que presenciou a cerca de 6 ou 7 anos. Uma usuária de cadeira de rodas sinalizou para o ônibus e perguntou se o ônibus tinha elevador. O motorista disse que sim e que estacionaria o ônibus melhor para facilitar o embarque. Em vez disso, partiu e deixou a usuária sem o atendimento. Nesse sentido, elogiou a ação do Sr. William por fazer a defesa do Direito da pessoa com deficiência. Sempre vem a reflexão: o que podemos fazer? Recorrer ao Ministério Público? Sugeriu que na “Semana da Pessoa com Deficiência 2023”, o Movimento fizesse uma “blitz” voltada ao tema. O Sr. William Souza não compreende como essa empresa consegue passar pela licitação. O Sr. Marcelo Lino fez um breve histórico das licitações ocorridas em Contagem no setor do transporte. Houve no decorrer do tempo, um esforço para aumentar o número de viagens e a prefeitura disponibiliza aportes financeiros. Lembrou também, que a TRANSCON não atua nos ônibus intermunicipais. O Sr. William Souza esclareceu que só tem a reclamar da empresa TRANSIMÃO. No passado reclamou de outras, como a São Geraldo. Reconheceu que a São Geraldo melhorou muito. Nada tem a reclamar das outras empresas. Ao contrário, tem a elogiar. E fez uma comparação: Se a Empresa São Geraldo está no nível de excelência, por que a TRANSIMÃO não consegue? O Sr. Geraldo de Paula disse que no passado, os conselhos municipais e órgãos gerenciadores defendiam o piso baixo nos ônibus para a garantia da acessibilidade. O modelo dos elevadores foi uma vitória dos operadores. Os elevadores sempre darão problemas. São lubrificadas a graxa. No rodar no trânsito há um acúmulo de sujeira o que atrapalha o funcionamento dos elevadores. Propôs que a Diretoria de Trânsito da TRANSCON realize uma blitz nas garagens sobre essa questão dos elevadores e retorne com os resultados para o Conselho. O Sr. Marcelo Lino considerou interessante a proposta. Concordeu que no passado, houve a vitória daqueles que defendiam os elevadores. É importante que essa proposta se realize até a próxima plenária. O Sr. Cléber Figueiredo retomou o ponto de pauta sobre a fiscalização da Lei de Cotas. A Sra. Karime Santana relatou casos ocorridos na Associação e que envolveram processo de seleção de currículos. Identificou três tipos de situações distintas: uma primeira – as empresas requisitam da Associação, Currículos Profissionais de pessoas com deficiência, inclusive pessoas com deficiência com curso universitário, e não as chamam para entrevistas ou processos seletivos; a segunda – as empresas requisitam da Associação, currículos profissionais de pessoas com deficiência, para seleção em determinadas vagas de emprego, não as chamam para processos seletivos, e, depois requisitam mais currículos para as mesmas vagas anteriormente disponibilizadas; a terceira – as empresas requisitam da Associação, currículos profissionais de pessoas com deficiência, chamam para processo seletivo, não realizam entrevistas e as pessoas não são chamadas. O Sr. Cléber Figueiredo disse que a Inclusão Social não se concretiza. As empresas procuram selecionar pessoas com deficiência com bastante mobilidade. As empresas deveriam contratar pessoas com deficiência e se adequarem para recebê-las. Contudo não fazem isso. O Sr. Marcelo Lino propôs enviar ofício tanto para o Ministério Público do Trabalho quanto para a Regional do Ministério do Trabalho realizando os seguintes questionamentos: 1 – Como ocorre o processo de fiscalização nas empresas, relacionado ao cumprimento da Lei de Cotas de Cargos para pessoas com deficiência (Lei 8.213/91, art. 93)? 2 – Quais medidas são adotadas pelo setor de fiscalização depois de constatado o não cumprimento da Lei de Cotas? A Plenária aprovou essa proposta. A Sra. Karime Santana citou outros casos ocorridos agora no Serviço Público. Um usuário

com deficiência relatou ter passado em primeiro lugar no concurso público. Não preencheu o formulário informando ser “Pessoas com Necessidades Especiais – PNE”. Relatou que era Pessoa com Deficiência. Não foi chamado para a vaga. O Sr. Marcelo Lino se dispôs a contribuir para o encaminhamento desse caso e outros. Contudo necessita ouvir a pessoa e entender exatamente o ocorrido. Pois há aspectos confusos para o seu entendimento. Esclareceu, para outro caso relatado por Karime, que a prefeitura criou uma entidade jurídica de Direito Público para fazer a gerência das UPAS. A Sra. Karime Santana colocou que a pessoa com deficiência, citada aqui, teve que entrar na justiça para garantir vaga na área da Saúde. O Sr. Marcelo, disse, que neste caso, se confirmado que a pessoa está na justiça, não poderá encaminhar a situação. O Sr. Célio Soares cumprimentou todos e todas. Sentiu falta de militantes do Movimento PCD, mas foi esclarecido posteriormente, pelo técnico Antônio Loures, que justificaram as ausências. Lamentou que ainda no ano de 2023. Sentiu a ausência de Contagem na Audiência Pública para discutir o transporte Intermunicipal, na terça-feira, dia 9 de maio. A finalidade era debater a concessão da gratuidade para pessoas com deficiência (PCDs) no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros. Houve a interrupção da emissão da carteira do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Minas Gerais (SIND-PASSE), que garante a gratuidade para as pessoas com deficiência no transporte intermunicipal. O SIND-PASSE suspendeu a concessão desse benefício devido à COVID e, mesmo com o fim desse período, não retomou a emissão das carteiras. Por fim, relatou não ser favorável a Blitz Educativas, pois se existem irregularidades, essas devem ser punidas. O Sr. Marcelo Lino destacou a presença do Sr. Célio Soares na Audiência Pública Estadual. Lamentou que a Audiência não resultou na decisão de quem emitirá a Carteira do Passe Livre. Lembrou também, que a Sra. Ana Lúcia de Oliveira ocupa, atualmente, a Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência. Sobre a TRANSIMÃO considera viável também, uma reunião junto a Empresa. A Sra. Vânia Magalhães anunciou a realização do 1º Seminário do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – PEDIF. Acontecerá no dia 16 de junho de 2023, das 8h às 12h, no auditório da UNA Contagem. O PEDIF visa o atendimento domiciliar à pessoa com deficiência e idosa com dificuldade de mobilidade e que tiveram suas limitações agravadas por conta da vivência de violação de direitos. O Sr. Marcelo Lino lembrou que a cidade tem uma série de eventos em comemoração ao Dia das Mães. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada ata desse encontro, a qual será lida e aprovada pelos participantes da 160ª Plenária e assinada pelos presentes da 159ª reunião.